2018 v. 26 n. 104 out./dez.

Artigos

01.	Tutela de urgencia y garantismo procesal (Alejandro Abal Oliú)	17
02.	Citação com hora certa: reflexões históricas acerca desse instituto e do alcance da expressão "suspeita de ocultação" (Carlos Lindenberg Ruiz Lanna)	37
03.	O poder de requisição e a moderna fisionomia constitucional da Defensoria Pública (Diogo Esteves, Franklyn Roger Alves Silva)	61
04.	O sistema de precedentes no sistema de justiça criminal brasileiro . (Élcio Arruda)	83
05.	O leilão judicial na nova sistemática processual civil brasileira: entre a tradição e a inovação (Elmer da Silva Marques)	125
06.	O valor da previsibilidade a partir da formação de um sistema de precedentes: análise da teoria do direito como integridade e sua incidência no ordenamento jurídico brasileiro (Gisele Santos Fernandes Góes, Arthur Laércio Homci)	153
07.	Do case law romano ao common law: a origem obscurecida dos precedentes vinculantes (Jaldemiro Rodrigues de Ataíde Jr)	171
o8.	O conceito de <i>ratio decidendi</i> – Uma abordagem a partir das contribuições de Arthur L. Goodhart (Jean Carlos Dias, Leonardo Peres Corrêa)	195
09.	Princípio da voluntariedade na arbitragem e na mediação de consumo em Portugal . (João Pedro Pinto-Ferreira, Joana Campos Carvalho, Jorge Morais Carvalho)	215
10.	O posicionamento do STJ sobre o arresto de valores através de sistemas eletrônicos em execuções fiscais antes da citação do contribuinte (José Antônio da Silva Júnior)	233
11.	A coisa julgada e cumprimento das decisões parciais de mérito: efetiva diminuição do tempo do processo? (José Henrique Mouta Araújo)	261
12.	La prueba y su vinculación con la regla de congruencia (Julio César Vélez)	277

13.	Tutela da evidência e a indisponibilidade de bens nas ações de improbidade administrativa: um estudo de caso a partir da decisão do Superior Tribunal de Justiça no Tema nº 701 (Luis Irapuan Campelo Bessa Neto)	297
14.	Pressupostos normativos e aspectos práticos do incidente de assunção de competência (Luiz Rodrigues Wambier)	319
15.	Natureza das normas sobre prova – Suas repercussões na eficácia da lei no tempo e no espaço (Paula Sarno Braga)	333
16.	A coisa julgada prejudicial e a sua delimitação (Vinicius Silva Lemos, Lúcio Grassi de Gouveia)	369